

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.566, DE 1996.

Altera a Lei nº 8078, de 11 de setembro
de 1990, que dispõe sobre a proteção do
consumidor e dá outras providências.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso I do Art. 4º do Substitutivo, a seguinte
redação:

I – o fornecedor deverá entregar, no momento da leitura, a conta relativa ao consumo aferido, sendo que os prestadores de serviços públicos deverão se adequar a esta nova sistemática em prazo a ser fixado pelo Poder Concedente ou órgão regulador específico, de até 36 meses contados a partir da promulgação desta lei.

JUSTIFICATIVA:

Recebendo a conta relativa a seu consumo, no dia da leitura, o consumidor poderá, se assim o desejar, manter controle integral sobre a natureza dos valores sendo faturados. Por outro lado, rejeita-se a entrega de documento de notificação do consumo aferido, como proposto no Substitutivo, pois tal expediente, se associado à posterior entrega da conta de consumo, gera aumento dos custos operacionais, exigindo contingente maior de leituristas, o que afetará, inevitavelmente, o valor da tarifa do serviço público.

Sala de Comissão, em de de 2006.

ANA GUERRA
Deputada Federal